Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Lingüística Indígena e Educação na América Latina

Lucy Seki (Org.)

EDITORA DA UNICAMP

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

MITO E HISTÓRIA*

Carmen Junqueira

1. Manifestações da história

No Brasil atual, são grandes as mudanças que atingem a maior parte das sociedades indígenas localizadas no raio de expansão da fronteira econômica. A tal ponto isso ocorre que torna-se necessário repensar os esquemas mais usuais da análise antropológica que, até pouco tempo atrás, alimentavam o debate em torno de problemas centrados na noção de história repetitiva, circular, fria e outras mais. A dinâmica que hoje se observa revela as limitações dessas chaves explicativas, mesmo porque as culturas aparentemente estacionárias ou, no dizer de Lévi-Strauss (1976), cujo desenvolvimento era aos nossos olhos destituído de significação, experimentam transformações aceleradas, ao mesmo tempo que elaboram formas de adaptação, de resistência, de integração bastante originais, e que são passíveis de serem compreendidas.

É verdade que as mudanças mais visíveis, fáceis de serem observadas, são aquelas causadas por fatores externos às sociedades indígenas, como é o caso dos diversos impactos gerados pela implantação de novas atividades econômicas. Empresas mineradoras, madeireiras, hidrelétricas, colonizações etc. atingem direta ou indiretamente as áreas indígenas e desafiam a manutenção do seu estilo de vida tradicional.

Talvez seja por força dessas evidências que os fatores externos continuem a ser vistos como praticamente os únicos a provocarem e mo-

* Comunicação apresentada no simpósio "Índios e não-índios: uma interação desigual no limiar do século XXI", Unicamp, 1991.

delarem mudanças. Para que se alcance uma interpretação mais adequada do processo, uma pergunta se impõe: Haverá fatores internos atuando na gestação da mudança?

Sabe-se que do ponto de vista econômico as sociedades indígenas são, via de regra, bastante igualitárias, isto é, convivem com poucas desigualdades. A distinção mais nítida que se observa refere-se à divisão sexual do trabalho que organiza as tarefas masculinas e femininas. Mesmo assim, no interior de cada uma dessas divisões, há igualdade de acesso à terra, às fontes de recursos, sendo do domínio de todos as técnicas de produção, de confecção dos instrumentos de trabalho. O trabalho é praticamente o mesmo para todos os homens e, da mesma forma, as mulheres gozam entre si de situação homogênea.

É no domínio das relações políticas, das relações de poder, que se verifica maior diversidade de funções e maior desigualdade. Pois mesmo em sociedades com chefias difusas e sem instituições políticas muito visíveis, o problema do poder se coloca, mesmo porque ele é imanente ao social. Convém desta forma observar mais de perto tais relações e identificar os instrumentos de ação política, as diversas formas do exercício do poder.

Balandier (1969) propõe duas grandes divisões gerais dos instrumentos de ação política:

1 - uma que engloba os mecanismos sociais que contribuem para manter ou recriar a cooperação interna, e que se explicitam nos rituais, nas cerimônias e celebrações formais, e cuja função conservadora é reafirmar e manter o respeito às regras do convívio social;

2 - há por outro lado os mecanismos que regulam as relações externas com outros grupos ou sociedades, sejam aliados, amigos, hostis, estrangeiros. O principal objetivo é criar ou fortalecer alianças ou laços de amizade ou, no extremo oposto, organizar a defesa contra a ameaça externa, estimulando a coesão interna e exaltando os traços distintivos da sociedade.

Os dois conjuntos de instrumentos de ação política envolvem algum tipo de poder, por mais difuso que seja. Conseqüentemente a sociedade comporta assimetrias sociais.

Vistas por este ângulo, as sociedades indígenas perdem a aparente homogeneidade e revelam a existência da desigualdade e da subordinação visíveis, por exemplo, na relação entre os sexos, grupos de idade, situação genealógica, formas de especialização etc.

De modo geral, o elo mais frágil dos mecanismos conservadores reside exatamente nas relações onde há desigualdade e que portanto

alimentam o conflito, mesmo sob a aparência externa de conformismo e passividade.

Se definimos história, de forma sucinta, como o processo social que engendra o novo, seu germe está exatamente instalado nessas relações assimétricas, focos potenciais de mudança. Mudança que por certo se atualiza no longo percurso da existência social, pouco visível à observação etnológica que não elaborou instrumentos capazes de mensurar as variações ocorridas nesse contexto dinâmico mas discreto. A ênfase nas análises sincrônicas, conjugada à seleção de dados que reforçam a visão da sociedade como estrutura estável, impediu o registro acumulado desses acontecimentos, por vezes ambíguos, que apontavam para a mudança. Concluiu-se erroneamente que as sociedades indígenas estavam fora da História, perdendo-se o tecer de sua história. E mais ainda, a relativa ausência de testemunhos materiais que possibilitassem a objetivação da história reforçou a ilusão do eterno retorno, da tirania da ancestralidade.

2. O mito

A tradição oral faz da memória das pessoas a guardiã da história. É aí que se processa a elaboração do passado, onde ele é refeito, modelado, com o auxílio das representações presentes. Mas não é qualquer um que detém o privilégio de zelar por tais lembranças. Mais certo seria dizer que a memória coletiva, no sentido dado por Halbwachs (1990), é zelada por aqueles que de alguma forma estão ligados ao sistema de autoridade e poder. Geralmente, cabe aos mais velhos essa função que, ao percurso objetivo do passado, mesclam componentes que justificam e legitimam comportamentos que asseguram a manutenção do sistema de poder vigente.

Surge assim o mito como instrumento mobilizador e justificador. Não que essa seja a função de todo o mito. Um olhar na mitologia de qualquer sociedade revela que ela é ponto de convergência de variados temas, inquietações e reflexões: metafísica, política, natureza, parentesco, alteridade etc. O diálogo de um povo com o universo incorpora no relato mítico categorias de diferentes matizes para usos variados. Mas é verdade também que o mito não tem como função unívoca apenas relembrar o passado ancestral, fornecer modelos tradicionais de comportamento. Não é ele apenas uma versão do percurso histórico, ou fio condutor da tradição ou ainda linguagem estática da memó-

ria. Ele igualmente serve para explicar, informar o comportamento atual, as condutas históricas, mesmo porque ele não é um texto, e sim uma fala. É atualizado e reinterpretado sempre que necessário, através daquele que o relata. As intenções do narrador, o contexto em que o mito é relatado orientam omissões, realces, evocações. Em diversas circunstâncias o mito se torna um dos elementos do poder político, como é apontado por Meillassoux (1977) com referência ao controle dos mecanismos de reprodução. O tabu do incesto apresentado como pecado contra a natureza converte-se em pecado contra a autoridade.

Assim, para justificar o exercício do poder, como por exemplo a assimetria social entre homem e mulher, criam-se mitos que relatam "como e porquê a mulher perdeu o controle da sociedade", "a importância do trabalho feminino circunscrito ao espaço doméstico", "a qualidade maior da mulher: sua capacidade natural de procriar" etc. É comum encontrar mitos nos quais os homens são celebrados por sua habilidade como provedores, sendo essa característica associada à qualidade masculina de ordenar, energizar e nutrir o universo social e cultural.

Para finalizar, vê-se que as sociedades humanas não podem ser dividas entre históricas e não-históricas. Todas elas estão sujeitas a mudanças causadas tanto por fatores externos como internos. E não raras vezes, os fatores internos conjugam-se aos externos para acolher e moldar a mudança. Nesse sentido, cada mudança histórica gera a sua mitologia, mesmo que se relacionando de modo indireto com o fato histórico.

Não é descabido dizer que alguns mitos se assemelham à ideologia política.

Seria útil que essas conclusões pudessem orientar uma reflexão mais profunda sobre a prática, utilizada em técnicas educacionais, de se transformar o mito (uma fala) em texto, cristalizando situações de poder e podendo mesmo servir de obstáculo à livre reinterpretação dos acontecimentos gerados nas vicissitudes da história.

BIBLIOGRAFIA

BALANDIER, G. *Antropologia política*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo, Vértice Editora, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1976.

MEILLASSOUX, C. *Mulheres, celeiros & capitais*. Porto, Edições Afrontamento, 1977.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org